



PROCESSO N° : 2018/32470/000077
UNIDADE GESTORA : 324700
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2017
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 45/2018
SGD N° 2018/09049/000791

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Tocantins - DETRAN**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016, alterado pelo Decreto n° 5.573, de 27 de janeiro de 2017.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2017**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls. 136 e 137**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta **superávit** orçamentário de **8,48%**, o que indica a boa situação da execução orçamentária da unidade.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um **bom nível de execução** com percentual médio de **73,70%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	105.153.894,00	104.433.946,82	99,32
Receitas de Capital	6.768.406,00	11.900,00	0,18
(-) Deduções da Receita	0,00	21.956.603,81	-
TOTAL	111.922.300,00	82.489.243,01	73,70



[Handwritten signatures and initials]
1



FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
225	500.000,00	0,00	0,00
226	0,00	11.900,00	-
240	111.422.300,00	82.477.343,01	74,02
TOTAL	111.922.300,00	82.489.243,01	73,70

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um **bom nível de execução** das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **67,45%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	106.947.300,00	71.485.180,45	66,84
Despesa de Capital	4.975.000,00	4.011.569,94	80,63
TOTAL	111.922.300,00	75.496.750,39	67,45

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	500.000,00	0,00	0,00
240 - Recursos Próprios	11.422.300,00	75.496.750,39	660,96
TOTAL	11.922.300,00	75.496.750,39	633,24

3.4 Não houve alterações no orçamento inicial, verificado à fl. 136.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 82.489.243,01**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 168.468,91**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 33.059.072,67** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 29.500.252,34**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 75.496.750,39**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 30.208.841,72**, restando saldo de **R\$ 39.511.444,82** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 138 e 139.

3.6 O Balanço Patrimonial, à fl. 142, demonstra uma situação **positiva** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em **125,37%**, indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.

3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 35.131.751,46**, composto pelos Investimentos, Imobilizado e Intangível, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada).



[Handwritten signatures and initials]
2
[Handwritten signature]



3.6.3 Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 4.170.680,60**, deste montante, **R\$ 1.314.883,74** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 2.855.796,86** restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro à fl. 138.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. 148, do qual foi liquidado **R\$ 647.919,89**, pago **R\$ 647.919,89** e cancelado **R\$ 3.978,42**, não restando saldo, justificado às fls. 178 e 179.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. 149, foi pago **R\$ 650.227,52** e **não houve cancelamento**, restando um saldo de **R\$ 847.112,13**, não constando a devida justificativa da permanência deste valor.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **superávit** financeiro de **R\$ 34.481.770,57**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 39.518.005,85**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 5.036.235,28**, conforme fl. 143.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, às fl. 142, no valor total de **R\$ 31.724.829,07**, já deduzida a depreciação, havendo divergência com o SISPAT, fl. 193, justificado parcialmente à fl. 407.

3.8 A conta contábil "Estoques", fl. 142, apresenta saldo no valor de **R\$ 1.142.418,69**, que não confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 198 a 242, com justificativa parcial às fls. 196 e 197.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa", à fl. 142, registra saldo no valor total de **R\$ 13.287.014,92**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, fls. 244, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 13.287.014,92**:

- 1 - **R\$ 25.354,47** na Conta Única do Tesouro Estadual;
- 2 - **R\$ 13.261.660,45** nas contas bancárias específicas.

3.10 As contas do Passivo Circulante, fl. 142, totalizam um saldo de **R\$ 18.041.561,60**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.



[Handwritten signatures and initials]
3
MPC
Rau



3.11 Não há registro de saldo na conta "Passivo Não Circulante", conforme evidenciado no demonstrativo à fl. 142.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 83.202.010,73** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 72.238.537,38**, demonstrando resultado patrimonial **positiva** do período, no montante de **R\$ 10.963.473,35**, conforme demonstrado às fls. 140 e 141.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de **R\$ 39.511.444,82**, à fl. 409, resultado da geração líquida de caixa no período de **R\$ 10.011.192,48**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes ao **Departamento de Trânsito do Estado do Tocantins - DETRAN**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia **03** (três) processos de adesão em ata de registro de preços, **01** (um) Auditoria e a realização de **01** (um) Tomadas de Contas Especiais, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 A Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados em **2017**, **01** (um) atendimento via telefone para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de **2017**, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, conforme demonstrados no item 6 deste Relatório.

4.4 Com a aplicação da técnica de inspeção nos sistemas administrativos verificou-se necessidade de melhoria nos procedimentos para que se torne mais eficiente.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado **não realizou** Auditoria de Regularidade no **Departamento Estadual de Trânsito** no exercício em análise, conforme informado no documento de fl. 93.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, estão demonstrados



AC
Ru



através do Relatório de Gestão às fls. 34 a 93 e 413 a 433 exigido pela já citada IN n° 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para **Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN**, desenvolvidos com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.051/2015(PPA 2016-2019) e a eficiência e eficácia dos projetos e atividades por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.177/2016 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.2 O Relatório demonstra que as atribuições da Entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. 60, definidos nos Programas Temáticos: **Programa 1160 - Segurança Cidadã** e com suporte nas ações do **Programa 1100 – Manutenção e Gestão do Poder Executivo**.

6.3 Para o objetivo da Entidade foram estabelecidas **05** (cinco) metas físicas não regionalizadas, para o quadriênio 2016-2019, sendo que as mesmas não tiveram **nenhuma execução** no período, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 419 a 423.

6.4 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **02** (dois) indicadores, evidenciam um nível satisfatório para o órgão, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 415 a 418.

6.5 Para o alcance dos objetivos da entidade foram elaboradas **03** (três) ações temáticas, sendo todas de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um bom grau de eficiência, apesar da baixa execução física e financeira de **01**(uma) delas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 424 a 426.

6.6 A execução das ações de gestão, envolvendo um total **07** (sete) ações de natureza atividade, demonstra que a avaliação feita com base nos índices de gestão orçamentário-financeira e de produtividade, explicita um regular grau de eficiência, tendo em vista que execução em média de **67,86%**, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 427 a 433.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. 391 a 396 e 435 a 441, um quantitativo de **774** servidores ativos, sendo que **06** servidores foram admitidos no exercício de **2017** por meio de concurso e **103** por meio de contrato temporário.

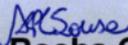
8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos

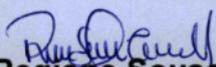


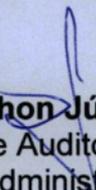


responsáveis **Eudilon Donizete Pereira, Luiz Carlos de Oliveira Peixoto, Hermes Azevedo Coelho** e outros relacionados neste processo, fls. 10/11, **COM RESSALVAS** aos itens 3.6.3.2, 3.7, 3.8 e 6,3 deste relatório.

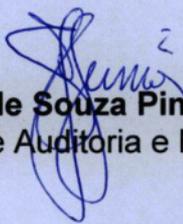
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2018.


Ana Clara Rocha Costa e Sousa
Analista/Administradora

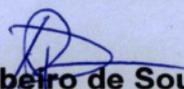

Regiane Sousa Chaves
Analista/Assistente Administrativo


Wellington Júnior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão Administrativa


Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação do PPA e do Desempenho da Gestão Governamental


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

- I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.
Em 28/02/2018.


Silene Ribeiro de Souza
Superintendente

